


**MINAS
GERAIS**

GOVERNO DIFERENTE.
ESTADO EFICIENTE.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

URFBio Triângulo - Núcleo de Apoio Regional de Ituiutaba

Parecer Técnico IEF/NAR ITUIUTABA nº. 69/2025

Belo Horizonte, 13 de outubro de 2025.

PARECER ÚNICO				
1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL				
Nome: CARLOS ALBERTO MAFRA TERRA			CPF/CNPJ: 055.818.678-52	
Endereço: Av. Braz Olaia Acosta, nº 727 AS 2205			Bairro: Jd. Califórnia	
Município: Ribeirão Preto		UF: MG	CEP: 14026-040	
Telefone: (34) 2589-1918 / 99863-4567		E-mail: ranyer@totusambiental.com.br		
O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel? (x) Sim, ir para item 3 () Não, ir para item 2				
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL				
Nome:			CPF/CNPJ:	
Endereço:			Bairro:	
Município:		UF:	CEP:	
Telefone:		E-mail:		
3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL				
Denominação: Fazenda São Joaquim			Área Total (ha): 2540,7457	
Registro nº 18.844, 18.845, 18.846, 18.847, 18.848, 18.849, 18.850, 19.896, 22.120, 22.121, 22.123 e 22.124			Município/UF: Santa Vitória/MG	
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3159803-DD98.FAA0.042B.40BF.95EE.7F0E.360A.2989				
4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA				
Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade		
CORTE DE ÁRVORES ISOLADAS	700	UNIDADES		
5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
			X	Y
CORTE DE ÁRVORES ISOLADAS	700	UNIDADES	560937	7896914
6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA				
Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)		
AGRICULTURA	PLANTIO DE CULTURAS ANUAIS	105		
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL				
Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)	
Mata Atlântica	OUTROS	CORTE DE ÁRVORES ISOLADAS	105	
8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO				
Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade	
MATERIAL LENHOSO	LENHA	1.136,3882	M³	
MADEIRA	sucupira branca 331,2072	406,9449	M³	
	baru 53,3885 outras madeiras 22,3489		M³	

1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 01/10/2025

Data da vistoria: 08/10/2025

Data de solicitação de informações complementares: [se for o caso]

Data do recebimento de informações complementares: [se for o caso]

Data de emissão do parecer técnico: 13/10/2025

2.OBJETIVO

TRATA-SE DO CORTE DE 700 ÁRVORES ISOLADAS EM ÁREAS COMUNS. O OBJETIVO DESSA INTERVENÇÃO É A MELHORIA DA MECANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DA ÁREA. A ÁREA DE INTERVENÇÃO É DE 105HA.

3.CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO**3.1 Imóvel rural:**

FAZENDA SÃO JOAQUIM, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTA VITÓRIA-MG, COM ÁREA TOTAL DE 2540,7457HA, EQUIVALENTE A 84,69 MÓDULOS FISCAIS.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3159803-DD98.FAA0.042B.40BF.95EE.7F0E.360A.2989

- Área total: 2.540,4901ha [área total indicada no CAR]

- Área de reserva legal: 202,9671ha [área de RL indicada no CAR]

- Área de preservação permanente: 84,8567ha [área de APP indicada no CAR]

- Área de uso antrópico consolidado: 2.278,6365ha [área de APP indicada no CAR]

- Qual a situação da área de reserva legal: [Informar a área da opção assinalada, podendo ser informada mais de uma opção]

(X) A área está preservada: 198,8293ha (CONFORME PLANTA TOPOGRÁFICA)

(X) A área está em regeneração: ha

() A área deverá ser recuperada: xxxxx ha

- Formalização da reserva legal:

() Proposta no CAR (x) Averbada () Aprovada e não averbada

- Número do documento:

AV.01 – 18.844 – RESERVA FLORESTAL – Santa Vitória, 13 de agosto de 2015.

AV.01 – 18.845 – RESERVA FLORESTAL – Santa Vitória, 28 de julho de 2015

AV.03 – 18.846 – RESERVA FLORESTAL – Santa Vitória, 28 de julho de 2015

AV.01 – 18.847 – RESERVA FLORESTAL – Santa Vitória, 28 de fevereiro de 2014

AV.03 – 18.848 – RESERVA FLORESTAL – Santa Vitória, 28 de julho de 2015

AV.02 – 18.849 – RESERVA FLORESTAL – Santa Vitória, 28 de julho de 2015

AV.01 – 18.850 – RESERVA FLORESTAL – Santa Vitória, 28 de julho de 2015

AV.01 – 19.896 – RESERVA FLORESTAL – Santa Vitória, 23 de dezembro de 2014

AV.01 – 22.120 – RESERVA FLORESTAL – Santa Vitória, 30 de setembro de 2019

AV.01 – 22.121 – RESERVA FLORESTAL – Santa Vitória, 30 de setembro de 2019

AV.02 – 22.123 – RESERVA FLORESTAL – Santa Vitória, 30 de setembro de 2019

AV.01 – 22.124 – RESERVA FLORESTAL – Santa Vitória, 30 de setembro de 2019

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(X) Dentro do próprio imóvel

(X) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 10 GLEBAS DENTRO DA PROPRIEDADE.

- Parecer sobre o CAR:

“Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado estão corretas”.

4.INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

A PROPRIEDADE POSSUI 2540,7457HA, OS QUAIS ESTÃO SENDO REQUERIDOS O CORTE DE 700 ÁRVORES ISOLADAS EM 105HA EM ÁREA DE PASTAGEM.

TRATA-SE DE ÁRVORES NATIVAS DO CERRADO BRASILEIRO.

O rendimento lenhoso decorrente dessa supressão é de 1.136,3882m³ de lenha e 406,9449m³ de madeira, sendo:

sucupira branca 331,2072, baru 53,3885 e outras madeiras 22,3489, os quais serão utilizados no imóvel.

Taxa de Expediente: 1266,60 reais DAE 1401361590882 que foi paga em 18/08/2025

Taxa florestal: referente a lenha é 8.799,51 reais DAE 2901361662768 que foi paga em 18/08/2025

Taxa florestal referente a madeira é 21.045,10 reais DAE 2901361663268 que foi paga em 18/08/2025

5.1 Das eventuais restrições ambientais:

[Neste tópico, o gestor do processo deverá discorrer sobre eventuais restrições ambientais existentes na área de intervenção solicitada (conforme IDE-SISEMA - <http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br>) entre outras características que entender pertinentes, por exemplo:]

- Vulnerabilidade natural: muito baixa a baixa

- Prioridade para conservação da flora: Muito baixa

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: Não Existe.

- Unidade de conservação: não existe

- Áreas indígenas ou quilombolas: não existe

- Outras restrições: [Ex.: Art. 11 da Lei 11.428 de 2006, Art. 25 da Lei 11.428 de 2006]

5.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

[Neste item, o gestor do processo deverá caracterizar o porte do empreendimento, ratificando ou não o enquadramento informado no requerimento, conforme resultado gerado no simulador de enquadramento da Deliberação Normativa do Conselho de Política Ambiental – Copam – nº 217, de 06 de dezembro de 2017, ressaltando as considerações necessárias para empreendimentos já instalados.]

- Atividades desenvolvidas: AGRICULTURA E PECUÁRIA

- Atividades licenciadas: Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura

Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo

Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime de confinamento

Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despulpamento, descascamento, classificação e/ou tratamento de sementes

- Classe do empreendimento: 4

- Critério locacional: 1

- Modalidade de licenciamento: LAC

- Número do documento: 716/2024

5.3 Vistoria realizada:

Vistoria realizada em 08/10/2025. Trata-se do corte de arvores isoladas em áreas comuns. Essa propriedade será desenvolvido a atividade de agricultura e pecuária.

5.3.1 Características físicas:

- Topografia: plana

- Solo: latossolo vermelho distrófico

- Hidrografia: A área de APP é formada por cabeceiras sem denominação, com área de 79,8766 ha, sendo: 26,7499ha (vereda), 14,5568 ha de APP consolidada, 38,5699ha de APP nativa. A *bacia hidrográfica federal é o Rio Paranaíba e a micro bacia é o Ribeirão dos Patos.*

5.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: Imóvel localizado no Bioma Mata Atlântica. A área de intervenção ambiental já é utilizada encontra-se em pastagem. Não haverá conversão do uso do solo. De acordo com as informações apresentadas no processo, foram encontradas 700 árvores isoladas nativas vivas em uma área de 105ha com o objetivo de facilitar a mecanização do solo para instalação de um pivô. Dentre as 700 árvores identificadas, existem 01 ipê amarelo (*Tabebuia sp*), espécie protegida pela Lei 9.743/1988 a qual deverá ser compensada com plantio de mudas nativas na proporção de 1 para 5 para ipê amarelo e 03 pequis (*Caryocar brasilienses*) espécie protegida pela Lei 10.883/1992 a qual deverá ser compensada com plantio de mudas nativas na proporção de 1 para 10 por pequi .

- Fauna: de acordo com as informações apresentadas no processo, as espécies de animais de ocorrência comum na região são: Tatu (*Tolypentis tricinctus*), Tamanduá (*Myrmecophaga tridactyla*), Quati (*Nasua nasua*), Seriema (*Cariama cristata*), Codornas (*Alectoris chukkar*), Tucano (*Ramphastidae*), Teiú (*Tupinambis teguixim*), além de outras espécies de mamíferos, répteis e anfíbios.

6. ANÁLISE TÉCNICA

O empreendedor solicita a autorização para o corte de 700 árvores isoladas nativas vivas em uma área de 105ha com o objetivo de facilitar a mecanização do solo para instalação de um pivô. As árvores estão localizadas em área comum (pastagem). A área de intervenção ambiental está inserida nos Bioma Mata Atlântica. O material lenhoso estimado é de 1.136,3882m³ de lenha e 406,9449m³ de madeira, sendo: sucupira branca 331,2072, baru 53,3885 e outras madeiras 22,3489, *os quais serão utilizados no imóvel*. Dentre as 700 árvores identificadas, existem 01 ipê amarelo (*Tabebuia sp*), espécie protegida pela Lei 9.743/1988 a qual deverá ser compensada com plantio de mudas nativas na proporção de 1 para 5 para ipê amarelo e 03 pequis (*Caryocar brasilienses*) espécie protegida pela Lei 10.883/1992 a qual deverá ser compensada com plantio de mudas nativas na proporção de 1 para 10 por pequi .

A Lei 9.743 de 1988 dispõe sobre os casos passíveis de autorização conforme abaixo:

Art. 2º A supressão do ipê amarelo só será admitida nos seguintes casos:

1. quando necessária à execução de obra, plano, atividade ou projeto de utilidade pública ou de interesse social, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente;
2. em área urbana ou distrito industrial legalmente constituído, mediante autorização do Conselho Municipal de Meio Ambiente ou, na ausência deste, do órgão ambiental estadual competente;
3. em área rural antropizada até 22 de julho de 2008 ou em pousio, quando a manutenção de espécime no local dificultar a implantação de projeto agrossilvipastoril, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente.

A supressão do ipê amarelo exige a compensação entre 1 e 5 mudas para cada indivíduo suprimido conforme preceitua o parágrafo 1º do artigo 2º da Lei 9.743 de 1988. Sendo assim, o PTRF propõe o plantio de 05 mudas, parâmetro máximo possível.

Art. 2º - A supressão do pequizeiro só será admitida nos seguintes casos:

I – quando necessária à execução de obra, plano, atividade ou projeto de utilidade pública ou de interesse social, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente;

II – em área urbana ou distrito industrial legalmente constituído, mediante autorização do Conselho Municipal de Meio Ambiente ou, na ausência deste, do órgão ambiental estadual competente;

III – em área rural antropizada até 22 de julho de 2008 ou em pousio, quando a manutenção de espécime no local dificultar a implantação de projeto agrossilvipastoril, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente.

A supressão dos pequi exige a compensação entre 5 a 10 mudas para cada indivíduo suprimido conforme preceitua o parágrafo 1º do artigo 2º da Lei 10.883 de 1992. Sendo assim, o PTRF propõe o plantio de 30 mudas, parâmetro máximo possível.

6.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Impactos:

1. Diminuição da biodiversidade da flora;
2. Diminuição da presença da avifauna por ausência de abrigo e alimento;
3. Perda de solo por processo erosivo.

Medidas mitigadoras:

1. Fazer os trabalhos de conservação de solo
2. Fazer aceiro no entorno da reserva e APP para evitar queimada
3. Evitar o uso de fogo na propriedade

7. Controle processual

Fica dispensado, a critério do supervisor, o controle processual para os seguintes processos de intervenção ambiental:

- Todos os processos de corte de árvores isoladas;
- Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa, em Áreas de Preservação Permanente – APP;
- Aproveitamento de material lenhoso.

8.CONCLUSÃO

Após análise técnica das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opino pelo DEFERIMENTO INTEGRAL do requerimento do corte de 700 indivíduos arbóreos isolados vivos em uma área de 105ha, localizada na FAZENDA SÃO JOAQUIM, matrículas 18.844, 18.845, 18.846, 18.847, 18.848, 18.849, 18.850, 19.896, 22.120, 22.121, 22.123 e 22.124 do SRI de Santa Vitória, sendo o material lenhoso estimado em 1.136,3882 m³ de lenha e 406,9449m³ de madeira, sendo: sucupira branca 331,2072, baru 53,3885 e outras madeiras 22,3489, *os quais serão utilizados no imóvel.*

9.Medidas compensatórias

DEVERÁ CONSERVAR AS PRATICAS CONSERVACIONISTAS DO SOLO.

" Executar o PTRF anexado ao processo com plantio de 05 mudas de ipê amarelo, como medida compensatória nos termos da Lei 9.743 de 1988, plantio de 30 mudas de pequi, como medida compensatória nos termos da Lei 10.883 de 1992. O PTRF será executado na Fazenda São Joaquim, matrículas 18.844, 18.845, 18.846, 18.847, 18.848, 18.849, 18.850, 19.896, 22.120, 22.121, 22.123 e 22.124 do SRI de Santa Vitória, em uma área de 0,0315a, nas coordenadas geográficas de referência 19°0'51,24"S 50°25'12,86"O.

9.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:

NÃO EXISTE

10.REPOSIÇÃO FLORESTAL

[Em caso de deferimento, informar o valor de recolhimento ou outra opção de cumprimento da Reposição Florestal quando aplicável.]

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

(X.) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal, O VALOR DA TAXA É DE \$ 51.217,05 REAIS DAE 1500601967664.

(.) Formação de florestas, próprias ou fomentadas

(.) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

11.CONDICIONANTES

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	" Executar o PTRF anexado ao processo com plantio de 05 mudas de ipê amarelo, como medida compensatória nos termos da Lei 9.743 de 1988, plantio de 30 mudas de pequi, como medida compensatória nos termos da Lei 10.883 de 1992. O PTRF será executado na Fazenda São Joaquim, matrículas 18.844, 18.845, 18.846, 18.847, 18.848, 18.849, 18.850, 19.896, 22.120, 22.121, 22.123 e 22.124 do SRI de Santa Vitória, em uma área de 0,0315a, nas coordenadas geográficas de referência 19°0'51,24"S 50°25'12,86"O.	Plantio deve ocorrer no primeiro período chuvoso após a emissão do ato autorizativo
2	Apresentar relatórios anuais com anexos fotográficos do desenvolvimento do PTRF pelo período de 5 anos nos termos da Lei 9.743/1988, artigo 2º, § 3º.	5 ANOS
3		
4		
...		

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

INSTÂNCIA DECISÓRIA

() COPAM / URC (X) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Mauro Moreira de Queiroz

CPF: 044.984.666-08

Nome: José Maria Castro Jr.

Masp: 1020806-4

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome:

MASP:



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Moreira de Queiroz, Gerente**, em 13/10/2025, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Maria Castro Júnior, Coordenador**, em 15/10/2025, às 10:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **124937521** e o código CRC **0440BE04**.